

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos ao semestre e exercícios findos em 30 de dezembro de 2020, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Carteira de Arrendamento e Mercado Arrendador

O mercado arrendador brasileiro apresentou um volume em dezembro de 2020 de novos negócios de R\$ 475 milhões (R\$ 733 milhões em dezembro de 2019). O valor presente da carteira de arrendamento no mercado em dezembro de 2020 apresentou um saldo de R\$ 11.347 bilhões (R\$ 12.436 bilhões em dezembro de 2019), segundo informações da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing. A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") alcançou o montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.241.632 mil (R\$ 1.125.639 mil em 2019), composta por contratos vinculados à variação cambial, certificados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos, normalmente, entre 24 e 60 meses. Alguns contratos de arrendamento mercantil dos equipamentos gráficos podem ultrapassar o prazo de 60 meses.

Fontes de Recursos

A Instituição faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se

utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário.

A Instituição está estruturada e capitalizada acreditando no crescimento da economia brasileira.

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social, no montante de R\$ 531.992 mil, composto de 531.108.294 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, está totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.

Através da Assembléia Geral Extraordinária de 27/08/2019 foi deliberado aumento de capital com parte da Reserva de Lucros no valor de R\$ 232.749 mil, sem emissões de novas ações, de acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/1976.

Com esse aumento de capital, o capital social passou de R\$ 267.251 mil para R\$ 500.000 mil.

Em 17 de março de 2020, através da Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019 no valor bruto total de R\$ 37.638 mil. Os acionistas aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 31.992 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 5.646 mil passando o capital social de R\$ 500.000 mil para R\$ 531.992 mil. Foram emitidas e totalmente subscritas pelos acionistas 266.599.688 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,12 por ações. O capital social ficou dividido em 531.108.294 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 1001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal

Em 11 de dezembro de 2020, através da Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas

deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2020 no valor bruto total de R\$ 29.957 mil. Os acionistas também aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 25.463 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 4.494 mil passando o capital social dos atuais R\$ 531.992 mil para R\$ 557.455 mil. Foram emitidas 231.482.778 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,11 por ações. O capital social ficou dividido em 762.591.072 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 1001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil no dia 13 de janeiro de 2021 através do Ofício 1.600/2021-BCB/Deorf/GTSP3. No dia 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 25.463 mil referente ao aumento de capital estava contabilizado no Patrimônio Líquido da Companhia na conta juros sobre capital próprio não distribuído. Esse valor foi transferido para a conta de Capital Social Realizado no dia 21 de janeiro de 2021.

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 696.014mil. (31 de dezembro de 2019 – R\$ 667.729 mil).

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Baurei, 23 de março de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2020		2019		PASSIVO	Notas	2020		2019	
Circulante		134.999	246.956	134.999	246.956	Circulante		421.830	289.149	421.830	289.149
Disponibilidades	4	38.169	81.627	38.169	81.627	Obrigações por empréstimos	9	359.335	266.403	359.335	266.403
Operações de arrendamento mercantil		68.727	148.777	68.727	148.777	Empréstimos no exterior		359.335	266.403	359.335	266.403
Arrendamento mercantil financeiro		68.980	150.165	68.980	150.165	Outras obrigações		62.495	22.746	62.495	22.746
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	71.839	169.920	71.839	169.920	Fiscais e previdenciárias	8.a	15.996	12.762	15.996	12.762
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6.d	(2.859)	(19.755)	(2.859)	(19.755)	Sociais e estatutárias	11.d	1.744	3.929	1.744	3.929
Arrendamento mercantil operacional		(253)	(1.388)	(253)	(1.388)	Diversas	8.c	44.755	6.055	44.755	6.055
Arrendamentos a receber – setor privado	6	20.354	57.837	20.354	57.837						
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(19.997)	(57.501)	(19.997)	(57.501)	Exigível a longo prazo		171.397	265.836	171.397	265.836
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6.d	(610)	(1.724)	(610)	(1.724)	Obrigações por empréstimos		107.221	195.020	107.221	195.020
Outros créditos	7	27.726	15.678	27.726	15.678	Empréstimos no exterior	9	107.221	195.020	107.221	195.020
Diversos		377	874	377	874	Outras obrigações		64.176	70.816	64.176	70.816
Outros valores e bens		377	874	377	874	Obrigações fiscais e diferidas	8.b	62.057	66.925	62.057	66.925
Bens não de uso próprio		377	874	377	874	Diversas		2.119	3.891	2.119	3.891
Realizável a longo prazo		1.130.276	908.798	1.130.276	908.798	Patrimônio líquido	11	696.014	667.729	696.014	667.729
Operações de arrendamento mercantil		1.075.834	866.512	1.075.834	866.512	Capital social – de domiciliados no exterior		531.992	500.000	531.992	500.000
Arrendamento mercantil financeiro		1.076.112	867.725	1.076.112	867.725	Reservas de lucros		164.022	167.729	164.022	167.729
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	1.145.283	888.300	1.145.283	888.300						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6.d	(69.171)	(20.575)	(69.171)	(20.575)	Total do passivo e patrimônio líquido		1.289.241	1.222.714	1.289.241	1.222.714
Arrendamento mercantil operacional		(278)	(1.213)	(278)	(1.213)						
Arrendamentos a receber – setor privado	6	25.949	52.451	25.949	52.451						
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(25.762)	(52.328)	(25.762)	(52.328)						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6.d	(465)	(1.336)	(465)	(1.336)						
Outros créditos		54.442	42.286	54.442	42.286						
Ativo fiscal diferido	7.a	54.442	42.160	54.442	42.160						
Diversos	7	–	126	–	126						
Permanente	17	23.966	66.960	23.966	66.960						
Imobilizado de arrendamento operacional	6	23.966	66.960	23.966	66.960						
Bens arrendados		186.678	313.493	186.678	313.493						
Provisão para perdas de bens arrendados		(34.247)	(49.469)	(34.247)	(49.469)						
Depreciações acumuladas		(128.465)	(197.064)	(128.465)	(197.064)						
Total do ativo		11.289.241	1.222.714	11.289.241	1.222.714						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2º semestre		Exercícios	
		2020	2020	2019	2019
Receitas da intermediação financeira		422.973	832.219	422.973	832.219
Operações de arrendamento mercantil		422.973	832.219	422.973	832.219
Despesas da intermediação financeira		(384.027)	(773.228)	(384.027)	(773.228)
Operações de empréstimos e repasses		(18.388)	(40.719)	(18.388)	(43.640)
Operações de arrendamento mercantil (Reversão)/ Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	12	(353.626)	(681.510)	(353.626)	(671.856)
Resultado de intermediação financeira		38.946	58.991	38.946	128.321
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(21.157)	(43.018)	(21.157)	(43.343)
Outras despesas administrativas	13	(13.118)	(26.408)	(13.118)	(27.085)
Despesas tributárias		(9.725)	(19.016)	(9.725)	(18.487)
Outras receitas operacionais	14	2.064	3.413	2.064	3.347
Outras despesas operacionais	14	(378)	(1.007)	(378)	(1.118)
Resultado operacional		17.789	15.973	17.789	94.978
Resultado não operacional		3.891	8.859	3.891	7.560
Resultado antes dos tributos		21.680	24.832	21.680	92.538
Tributos	19	7.156	5.762	7.156	(23.602)
Imposto de renda		2.257	(6.970)	2.257	–
Contribuição social		141	(4.418)	141	(2.580)
Ativo fiscal diferido		4.758	17.150	4.758	(21.022)
Lucro líquido do semestre/exercícios		28.836	30.594	28.836	68.936
Lucro líquido por ação – R\$		0,05	0,06	0,05	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2º Semestre		Semestres	
	2020	2020	2019	2019
Lucro Líquido no semestre/ exercícios	28.836	30.594	28.836	68.936
Total dos resultados abrangentes no semestre/ exercícios	28.836	30.594	28.836	68.936

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	2º semestre		Exercícios	
		2020	2020	2019	2019
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		28.836	30.594	28.836	68.936
Lucro líquido dos exercícios (semestre)		28.836	30.594	28.836	68.936
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em):		243.675	512.895	243.675	466.119
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	12.014	50.999	12.014	(8.166)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo	18.a	(4.758)	(17.150)	(4.758)	20.713
Provisão/(reversão) para perdas em bens não de uso próprio	15	63	(213)	63	359
Depreciações e amortizações		262.132	515.227	262.132	529.537
(Reversão) para perdas na venda de valor residual	12	(3.363)	(15.222)	(3.363)	(9.973)
Superveniência (insuficiência) de depreciação	5 e 18.b	(8.042)	2.588	(8.042)	(21.266)
Variação cambial sobre empréstimos		(830)	4.280	(830)	424
Lucro na alienação de bens não de uso próprio	15	(3.898)	(7.964)	(3.898)	(7.874)
Lucro na alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		(9.643)	(19.650)	(9.643)	(37.435)
Lucro líquido ajustado		272.511	543.489	272.511	535.055
Varição de ativos e obrigações		(9.089)	(15.361)	(9.089)	(16.159)
(Aumento)/redução em operações de arrendamento mercantil		(19.304)	(19.304)	(19.304)	5.969
(Aumento)/redução em outros créditos		21.234	(11.923)	21.234	19.215
(Aumento)/redução em outros valores e bens		57	–	57	376
Aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	(20.176)	(21.284)	(20.176)	(4.130)
(Redução) em outras obrigações		15.226	37.150	15.226	(37.589)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		263.422	528.128	263.422	518.896
Fluxo de caixa proveniente atividades de investimento:					
Alienação de bens não de uso próprio		3.688	8.674	3.688	6.745
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		79.041	195.658	79.041	45.861
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento		(341.008)	(748.019)	(341.008)	(471.509)
Aplicação no diferido		(13.304)	(26.443)	(13.304)	(19.179)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(271.583)	(570.130)	(271.583)	(438.082)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento:					
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos		36.127	853	36.127	(25.666)
Juros sobre capital próprio		(29.957)	(29.957)	(29.957)	(37.638)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionado	11.d	23.719	23.719	23.719	28.063
Reversão de dividendos	11.d	3.929	3.929	3.929	2.072
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		33.918	(1.456)	33.918	(33.169)
(Redução)/aumento caixa e equivalentes de caixa		25.757	(43.458)	25.757	47.645
Modificações em caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios/semestre	4	12.412	81.627	12.412	33.982
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios/semestre	4	38.169	38.169	38.169	81.627
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		25.757	(43.458)	25.757	47.645
Composição de caixa e equivalentes de caixa		38.169	38.169	38.169	81.627
Disponibilidades		38.169	38.169	38.169	81.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIV

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

arrendados em operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- As questões relacionadas às obrigações legais, fiscais e previdenciárias, onde estão sendo contestadas, através de demandas judiciais, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, são tratadas como obrigações com efeito suspensivo. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisitos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução ao valor recuperável.

m) Operações de empréstimos e repasses

A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.

n) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.

o) Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 4.636 do CMN, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 21.

4. Caixa ou equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado

	Dez/2020	Dez/2019
Disponibilidades		
Depósitos Bancários	38.169	81.627
Total de caixa e equivalente de caixa	38.169	81.627

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento Financeiro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

Nível de risco	2020		2019	
	Curso Normal	Vencidas	Total da Carteira	Percentual de provisão
AA	1.456	–	1.456	–
A	178.968	140	179.108	0,5
B	576.897	254	577.151	1
C	316.767	529	317.296	3
D	62.235	466	62.701	10
E	16.088	56	16.144	30
F	12.379	163	12.542	50
G	40.875	4	40.879	70
H	9.576	269	9.845	100
Total	1.215.241	1.881	1.217.122	72,031

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo inicial (leasing financeiro)	40.330	46.977
Complemento da provisão	52.903	(2.540)
Baixas contra a provisão	(21.202)	(4.107)
Saldo final (leasing financeiro)	72.031	40.330
Saldo inicial (leasing operacional)	3.060	8.709
Reversão da provisão	(1.904)	(5.627)
Baixa contra a provisão	(82)	(22)
Saldo final (leasing operacional)	1.074	3.060
Saldo final	73.105	43.390

e) Concentração por clientes – Arrendamento Financeiro

	2020		2019	
	R\$	% – Sobre Total	R\$	% – Sobre Total
Principal Devedor	126.988	10,4	111.489	10,6
20 devedores seguintes	483.190	39,7	385.964	36,4
30 devedores seguintes	183.763	15,1	149.400	14,1
50 devedores seguintes	119.659	9,8	129.940	12,3
Demais devedores	303.522	25,0	281.427	26,6
Total	1.217.122	100,0	1.058.220	100,0

f) Movimentação da provisão para perdas de bens arrendados

	2020	2019
Saldo inicial	49.469	59.442
Constituições (Nota 12)	89	2.467
(Reversões) (Nota 12)	(15.311)	(12.440)
Saldo final (Nota 17)	34.247	49.469

O valor da provisão corresponde a 100% dos valores residuais dos contratos de arrendamento operacional e está contabilizado na rubrica "Despesas da intermediação financeira".

7. Outros créditos – diversos

	2020	2019
Imposto de renda a compensar	26.448	15.376
Devedores diversos – país	1.189	340
Outros devedores	89	88
Total	27.726	15.804
Parcela de curto prazo	27.262	15.678
Parcela de longo prazo	–	126

a) Créditos tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2019	Cons-tuição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2020
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	12.367	–	(3.806)	8.561
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	13.254	12.171	–	25.425
Imposto de renda sobre BNDU	94	–	(54)	40
Base negativa de imposto de renda	1.016	–	(1.016)	–
Subtotal	26.731	12.171	(4.876)	34.026
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	7.421	–	(2.284)	5.137
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7.952	7.303	–	15.255
Contribuição social sobre BNDU	56	–	(32)	24
Subtotal	15.429	7.303	(2.316)	20.416
Total	42.160	19.474	(7.192)	54.442

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de depósitos bancários referem-se substancialmente a recursos captados e não alocados de financiamentos de operações.

5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e sumariados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um débito (insuficiência) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 2.588 (R\$ 21.266 de superveniência em dezembro de 2019). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, porém as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

6. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2020		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	46.303	1.388.166	1.434.469
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(45.759)	(1.353.892)	(1.399.651)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	186.678	2.132.701	2.319.379
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(128.465)	(1.195.698)	(1.324.163)
Superveniência de depreciação	–	248.228	248.228
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(34.247)	–	(34.247)
Perdas em arrendamentos a amortizar	–	8.494	8.494
Credores por antecipação do valor residual	–	(10.877)	(10.877)
Valor presente	24.510	1.217.122	1.241.632

	2019		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	110.288	1.229.595	1.339.883
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(109.829)	(1.214.540)	(1.324.369)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	313.493	1.979.453	2.292.946
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(197.064)	(1.196.923)	(1.393.987)
Superveniência de depreciação	–	267.699	267.699
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(49.469)	–	(49.469)
Perdas em arrendamentos a amortizar	–	4.640	4.640
Credores por antecipação do valor residual	–	(11.704)	(11.704)
Valor presente	67.419	1.058.220	1.125.639

a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	2020		2019	
	R\$	% – Sobre total	R\$	% – Sobre Total
Vencidos				
A partir de 15 dias		1.389		5.528
A vencer				
Até 3 meses		156.853		95.899
De 3 a 12 meses		341.259		155.602
De 1 a 3 anos		562.491		510.971
De 3 a 5 anos		122.978		257.950
Acima de 5 anos		32.152		32.270
Total		1.215.733		1.052.692
		1.217.122		1.058.220

b) Diversificação por segmento de mercado – Arrendamento Financeiro

	2020		2019	
	R\$	% – Sobre total	R\$	% – Sobre Total
Setor Público Federal				
Indústria	57.663	4,8	59.707	5,6
Outros serviços			–	–
Setor Privado				
Rural	2.675	0,2	3.371	0,3
Indústria	184.770	15,2	143.834	13,6
Comércio	157.023	12,9	67.723	6,4
Instituição financeira	52.834	4,3	62.126	5,9
Outros serviços	752.096	61,8	712.595	67,3
Habitação	10.061	0,8	8.864	0,9
Total	1.217.122	100,0	1.058.220	100,0

dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

	2020		2019	
	Saldo em 31/12/2018	Cons-tuição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2019
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	14.861	–	(2.494)	12.367
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	20.977	–	(7.723)	13.254
Imposto de renda sobre BNDU	9	85	–	94
Base negativa de imposto de renda	–	1.016	–	1.016
Subtotal	35.847	1.101	(10.217)	26.731
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	9.359	–	(1.938)	7.421
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	12.974	–	(5.022)	7.952
Contribuição social sobre BNDU	7	49	–	56
Subtotal	22.340	49	(6.960)	15.429
Total	58.187	1.150	(17.177)	42.160

(a) O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional é composto basicamente pela provisão existente de R\$ 73.105 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – R\$ 43.390 em 31 de dezembro de 2019), acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430. Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2020, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Expectativa de realização						
Créditos tributários de imposto de renda						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	6.490	1.421	650	–	–	8.561
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	2.129	2.581	3.997	7.975	8.743	25.425
BNDU	40	–	–	–	–	40
8.659	4.002	4.647	7.975	8.743	34.026	
Valor presente	7.902	3.333	3.532	5.530	5.533	25.830

Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

BNDU

Valor presente

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 9,44% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

8. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2020		2019	
	R\$	% – Sobre total	R\$	% – Sobre Total
Provisão para imposto de renda	6.970	–		
Provisão para contribuição social	4.418	2,580		
Imposto de renda retido na fonte a recolher	49	0,003		
PIIS e COFINS	585	0,048		

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

	2º semestre		Dezembro	
	2020	2020	2020	2019
Outras despesas operacionais				
Multas e juros sobre impostos	(41)	(117)	(13)	
Descontos concedidos	(308)	(629)	(1.055)	
Diversos	(29)	(261)	(50)	
	<u>(378)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(1.118)</u>	

15. Resultado não operacional

	2º semestre		Dezembro	
	2020	2020	2019	
Lucro na alienação de valores e bens	3.898	7.964	7.874	
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	(63)	213	(338)	
Outras rendas não operacionais	56	682	24	
	<u>3.891</u>	<u>8.859</u>	<u>7.560</u>	

16. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	2020	2019
Passivo		
Sociais e estatutárias	1.705	3.929
Obrigações por empréstimos		
Compaq Trademark B.V. (Nota 9)	466.556	461.423
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	1.789	1.803
Resultado		
Despesas com operações de empréstimos (*)		
Compaq Trademark B.V.	(39.803)	(44.834)
Despesas administrativas		
Rateio de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 13)	(18.013)	(18.182)

(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.

Os administradores da Instituição são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que eles estão alocados na entidade HP Financial Services Brasil Ltda.

17. Imobilizado de Arrendamento Operacional

Objeto	Taxa anual de depreciação (%)	2020		2019	
Móveis (Nota 6)	14,29%	1.395	201		
Máquinas e equipamentos (Nota 6)	14,29%	101.726	84.072		
Equipamentos de informática (Nota 6)	28,57%	2.216.258	2.208.673		
Depreciações Acumuladas (Nota 6)		(1.324.163)	(1.393.987)		
Superveniência de Depreciações (Nota 6)		248.228	267.699		
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 6/6f)		(34.247)	(49.469)		
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (Nota 6)		8.494	4.640		
		<u>1.217.691</u>	<u>1.121.829</u>		

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo do imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (Nota 7a)	(6.090)	(4.432)
Reversão/constituição do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (Nota 7a)	19.474	(12.745)

	2020	2019
Constituição (realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU (Nota 7a)	(86)	134
Constituição do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação (Nota 8b)	4.868	(4.686)
Base negativa de imposto de renda	(1.016)	1.016
Ajuste referente cálculo de transfer pricing	-	(307)
Reversão de imposto de renda provisionado a maior em anos anteriores	-	(2)
Total ativo fiscal diferido	17.150	(21.022)
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 18.b)	(6.970)	-
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 18.b)	(4.418)	(2.580)
	<u>5.762</u>	<u>(23.602)</u>

b) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	24.832	24.832	92.538	92.538
Adições (exclusões)				
Permanentes	907	907	1.124	1.124
Despesas/provisões dedutíveis e outras	907	907	1.124	1.124
	<u>6.301</u>	<u>6.301</u>	<u>(97.727)</u>	<u>(76.462)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento financeiro	50.999	50.999	(8.167)	(8.167)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento operacional	(15.223)	(15.223)	(9.973)	(9.973)
Superveniência/insuficiência de depreciação	2.588	-	(21.265)	-
Provisão para perdas em BNDU	(213)	(213)	338	338
Reversão de provisões não operacionais	-	-	(20.800)	(20.800)
Juros sobre capital próprio	(29.957)	(29.957)	(37.638)	(37.638)
Outras adições/exclusões	(1.893)	(1.893)	(222)	(222)
Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal	<u>32.040</u>	<u>29.452</u>	<u>(4.065)</u>	<u>17.200</u>
Base de cálculo após compensações	27.795	29.452	(4.065)	17.200
Encargos às alíquotas de 25% imposto de renda e 15% contribuição social – (Nota 3 item “i”)	<u>(6.970)</u>	<u>(4.418)</u>	<u>-</u>	<u>(2.580)</u>

20. Cobertura de seguros (não auditado)

O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

21. Resultado recorrente e não recorrente

Não foram identificados no período resultados não recorrentes ou que não estejam relacionados com as atividades da Instituição.

22. Limites operacionais (Acordo de Basileia)

De acordo com a Resolução nº 2.844/1998 do CMN alterada pela Resolução 4.379/2014 do CMN o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do patrimônio líquido ajustado.

A Instituição realizou operações com um mesmo cliente cujo montante da dívida ultrapassou o limite permitido. No sentido de regularizar a situação, a Instituição vinculou parte dos empréstimos que mantém junto à sua matriz no exterior, Hewlett Packard Company, equivalente ao valor do excesso de limite apresentado, conforme previsto na Resolução nº 2.921/04 do CMN, mantendo, dessa forma, seu enquadramento de acordo com os limites operacionais estabelecidos pelo BACEN.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Instituição está enquadrada nos demais limites

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Alberto Hornos
Presidente

Brad Stuart Shapiro
Membro

Susy Aparecida dos Santos
Membro

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa
Diretor

CONTADOR

Ismael Paes Gervásio
CRC 1SP 130.437/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O BACEN, através da Resolução nº 4.193 de 1º de março de 2013 e alterações posteriores, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2020 é de 46,04 % (45,50% em 2019):

	2020	2019
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	98.183	91.423
Risco operacional (RWA _{OPAD})	21.735	25.728
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	911	460
Patrimônio de Referência Exigido	120.829	117.611
Parcela do Rban	3.761	2.236
Adicional de capital principal (ACP)	18.879	36.753
Patrimônio de Referência (PR)	696.014	668.858
Excesso de patrimônio em relação ao limite	552.545	512.258

23. Gerenciamento de riscos

De acordo com a Resolução 4553 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

a) Risco de mercado

A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

b) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo Grupo com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a Instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

c) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios a definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

d) Risco operacional

O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

A empresa tem operações ativas e passivas vinculadas à variação cambial as quais estão equalizadas em termos de saldos não gerando efeitos positivos ou negativos devido a uma valorização ou desvalorização cambial.

As demais operações ativas (arrendamentos a receber) e operações passivas (Empréstimos) foram contratadas com taxas prefixadas e em CDI.

24. Outras informações:

A instituição identificou impactos relevantes em função do Corona vírus, dentre os mais relevantes se destacam, o aumento dos custos de captação, redução de novos contratos no exercício de 2020 e aumento da provisão para devedores duvidosos.

25. Eventos subsequentes

A medida provisória nº 1.034/2021 majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas de Arrendamento Mercantil de 15% para 20% até o dia 31 de dezembro de 2021 voltando a vigorar a alíquota de 15% a partir do dia primeiro de janeiro de 2022.